

**AMICUS CURIAE NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.114  
SERGIPE**

**RELATOR** : MIN. LUIZ FUX  
**REQTE.(S)** : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS -  
AMB  
**ADV.(A/S)** : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)  
**INTDO.(A/S)** : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
SERGIPE  
**INTDO.(A/S)** : GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE

**AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº  
5.886/2006, DO ESTADO DO SERGIPE,  
ORIGINÁRIA DE PROJETO DE  
INICIATIVA DO PODER EXECUTIVO.  
SISTEMA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E  
EXTRAJUDICIAIS. ADMISSÃO DE  
INTERVENÇÃO NA QUALIDADE DE  
AMICUS CURIAE.**

**DESPACHO:** O Banco Central do Brasil requer sua admissão no feito na qualidade de *amicus curiae*, por meio da Petição nº 45.352/2015.

O ordenamento jurídico-positivo brasileiro autorizou, no art. 7º, § 2º, da Lei nº 9.868/99, a admissão de terceiros, na qualidade de *amicus curiae*, desde que investidos de representatividade adequada, nos processos de fiscalização abstrata e concentrada de constitucionalidade.

Isso porque, a despeito de sua tradicional qualificação como processo objetivo, o controle concentrado e abstrato de constitucionalidade não deve se cingir apenas ao mero cotejo de diplomas normativos, mas também deve considerar o cenário fático sobre o qual incide a norma objurgada, ampliando o acesso à jurisdição constitucional a novos atores que, em alguma medida, sejam afetados em sua esfera jurídica.

Com efeito, o *telos* precípua da intervenção do *amicus curiae* consiste na pluralização do debate constitucional, com vistas a municiar a

**ADI 4114 AMICUS / SE**

Suprema Corte dos elementos informativos possíveis e necessários ou mesmo trazer novos argumentos para o deslinde da controvérsia, superando, ou senão amainando, as críticas concernentes à suposta ausência de legitimidade democrática de suas decisões.

Nesse novo cenário de democratização da jurisdição constitucional, a habilitação de entidades representativas se legitima sempre que restar efetivamente demonstrado, *in concreto*, o nexo de causalidade entre as finalidades institucionais da entidade postulante e o objeto da ação direta.

No caso *sub examine*, há a pertinência entre a questão de fundo debatida nos presentes autos e as atribuições institucionais do Requerente, o que autoriza a sua admissão no processo como *amicus curiae*.

*Ex positis*, **ADMITO** o ingresso no feito, na qualidade de *amicus curiae*, do Banco Central do Brasil.

À Secretaria para que proceda às anotações.

Publique-se.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

Ministro **LUIZ FUX**

Relator

*Documento assinado digitalmente*